

**CAMPESINATO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA NA PARAÍBA:
RESISTÊNCIA E FORMAS DE RECRIAÇÃO CAMPONESA¹**

**PEASANTRY IN THE CITY OF TEIXEIRA IN PARAÍBA:
RESISTANCE AND FORMS OF PEASANT RECREATION**

Silvana Cristina Costa Correia²
silvanageoufjb@yahoo.com.br

Emília Moreira³
erodat@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar as diferentes formas de resistência e de recreação camponesa no município de Teixeira no estado da Paraíba. Para tanto, busca-se identificar e caracterizar as formas de resistência e de recreação camponesa pelo viés da organização da produção e do trabalho, da ação de agentes externos e dos costumes e valores dos camponeses. O estudo pauta-se em análises bibliográficas sobre os conceitos de resistência, recreação camponesa, espaço e território, além de informações fornecidas pelo IBGE e nos trabalhos de campo. Constatamos que o campesinato se recria a partir de diversas formas de resistências que extrapolam os limites de ação dos movimentos sociais através de forças locais materializadas no território camponês.

PALAVRAS CHAVE: Campesinato; Resistência, recreação camponesa e território.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the different forms of peasant resistance and recreation in the city of Teixeira in the state of Paraíba. Therefore, it searches to identify and characterize the forms of peasant resistance and recreation through the organization of work and production and also the action of external agents and peasant habits and values. This study is guided by literature reviews on the concepts resistance concepts, peasant recreation, space and territory, beyond on information provided by IBGE through the agricultural census and the Municipal Agricultural Production (PAM) and the field works. We found that peasantry that is recreated from various forms of resistance that transcend the limits of social movements actions through local forces materialized within peasant.

KEYWORDS: Peasantry, Resistance, peasant recreation and territory.

¹ Este trabalho é um fragmento da pesquisa de mestrado concluída em 2011 no Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, sob a orientação da Professora Dr^a Emília Moreira.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB e Prof^a Substituta do Departamento de Geografia da UFRN (Campus/Natal). Membro do Grupo de Pesquisa sobre Trabalho, Espaço e Campesinato – GETEC.

³ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação de Geografia da UFPB e do Departamento de Geociências da UFPB. Coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Trabalho, Espaço e Campesinato – GETEC.

Introdução

Os estudos sobre o campesinato em pleno século XXI no Brasil indicam que as previsões de Marx (1988), Kautsky (1986) e Lênin (1982) feitas no século XIX na Europa, de que o campesinato estaria fadado ao desaparecimento com a expansão do capitalismo no campo não se confirmaram em sua plenitude pela história. Afirmamos tal premissa uma vez que o campesinato brasileiro analisado pela maioria dos autores da Geografia Agrária e de áreas afins dá sustentação à tese da resistência e da recriação camponesa como síntese contraditória do desenvolvimento desigual do capitalismo no Brasil. Até mesmo nas obras do próprio Marx, de Kautsky e de Lênin, há elementos que sinalizam para a permanência do campesinato no modo de produção capitalista. Portanto, cabe iniciar este trabalho enfatizando alguns pontos na teoria clássica marxista que evidenciam a resistência e a recriação camponesa no capitalismo.

Marx (1982), após analisar a questão agrária da Rússia, no século XIX, deixou registrado em alguns de seus manuscritos que ficaram obscurecidos durante a sua vida, que o modo de produção capitalista só poderia se desenvolver de acordo com as especificidades daquele país. Nesta afirmação ele recusou qualquer compreensão fatalista e evolucionista da história da sociedade, com base na qual surgiu a hipótese do desaparecimento do campesinato na sucessão dos modos de produção em qualquer país do mundo. Ele ainda explicou, na carta-resposta à Vera Zasulitch que, de fato, o que está escrito no capítulo XXIV do livro “O Capital” - “A Chamada Acumulação Primitiva” - é que o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo na Europa Ocidental, especialmente na Inglaterra, constituiu o principal elemento da separação entre o trabalhador e os meios de produção. E, a partir de suas análises na Inglaterra, pressupôs que o desenvolvimento do capitalismo no campo subentenderia o desaparecimento do campesinato em alguns países da Europa Ocidental, mas não em todos os países. Esse diálogo de Marx com Vera Zasulitch demonstra que o mesmo reconheceu a multilinearidade da história da sociedade humana e pôs fim ao equívoco da teoria geral da história.

É importante destacar também que os últimos escritos de Marx (os rascunhos e a carta a Vera Zasulitch) foram engavetados e somente publicados em 1924. Então, provavelmente, nem Kautsky nem Lênin tiveram acesso aos mesmos, dado que os próprios teóricos marxistas recusaram a compreensão da multilinearidade da história dada por Marx sobre a questão da Rússia. Até mesmo Engels, principal referência de Marx para os grupos marxistas que estavam se organizando na Rússia, divulgou o contrário, enfatizando a

objetividade das leis de desenvolvimento do capitalismo para todos os países do mundo, sem levar em conta as particularidades históricas de cada país e sem considerar os rascunhos de Marx que originou os “*Grundrisse*” (publicados somente em 1935), onde o autor deixou bem claro que para atender ao processo de acumulação, o capital é capaz de criar e recriar relações sociais de produção não-capitalistas.

Após o falecimento de Marx, o que imperou entre os teóricos adeptos da corrente marxista ortodoxa agrária foi a tese da evolução geral da história para todas as sociedades. Acreditavam esses teóricos, que as transformações no campo se processam segundo uma seqüência de modos de produção: do feudalismo para o capitalismo e deste para o socialismo e por último para o comunismo. A tese de Kautsky e Lênin sobre a desintegração do campesinato no modo de produção capitalista segue as orientações desta corrente marxista que era a predominante no período em que ambos escreveram as suas obras. Mas também, encontramos nas obras desses dois autores elementos que se aproximam das orientações da corrente marxista heterodoxa que pressupõe a resistência camponesa no capitalismo.

Kautsky (1972), na sua obra “*A Questão Agrária*”, contribui para a discussão sobre a resistência da agricultura camponesa ao apontar algumas possibilidades de recriação, quais sejam: a) a opção pelo trabalho acessório; b) a associação em cooperativas com o apoio do Estado; c) o funcionalismo complementar da grande exploração com a agricultura camponesa onde uma torna-se o sustentáculo da outra, uma vez que a grande exploração dá oportunidade de emprego para os camponeses e estes fornecem matéria-prima e disponibilizam a sua força de trabalho à grande exploração; d) o reconhecimento de que o capitalismo é o modo de produção dominante na sociedade daquele momento histórico, mas que não é a única forma de produção existente, pois ao lado da grande exploração agrícola existem resquícios de modos de produção pré-capitalistas.

Lênin (1982) apesar de afirmar que o emprego da mão-de-obra assalariada é o indicador da expansão do capitalismo no campo, também apresentou uma visão multilinear da sociedade ao compreender que o capital pode criar diferentes formas de propriedades na agricultura (como a medieval, a clã e a comunal) e passou a aceitar a permanência de traços camponeses. Então, embora ele se autodenominasse um marxista ortodoxo, deixou brechas em suas análises sobre a resistência do campesinato no modo de produção capitalista.

Muitos autores brasileiros que estudaram ou ainda estudam o campesinato foram ou ainda são influenciados pela postura dogmática do marxismo ortodoxo, sobretudo, após a instalação dos partidos comunistas nos países periféricos, como o Brasil, os quais

reproduziram a tese da evolução histórica dos modos de produção na qual haveria o desaparecimento do campesinato. Alberto Passos Guimarães (2005) e Caio Prado Júnior (1979) são exemplos da influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em suas análises referente à questão agrária do Brasil na década de 1950 e 1960. Ambos, com diferentes abordagens teóricas e posições assumidas, fizeram certa confusão em suas análises ao tentar adaptar as idéias dos autores clássicos marxistas à realidade brasileira.

Portanto, ao buscarmos suporte teórico na teoria clássica marxista para compreender o campesinato no Brasil, é preciso termos cuidado, pois o processo do desenvolvimento do capitalismo neste país não aconteceu da mesma forma do que ocorreu na Europa, a começar pelo fato de que aqui não houve a implantação do feudalismo e sua transição para o capitalismo, dado que as transformações no espaço agrário brasileiro, iniciadas com o processo de colonização, surgem no momento no qual já predominava o capitalismo mundial na sua fase comercial de expansão. A existência ou persistência do campesinato em pleno século XXI, nas diversas formas por ele assumidas, deve-se ao desenvolvimento do capitalismo neste país que se deu de forma desigual e contraditória, possibilitando a resistência e a recriação camponesa.

Levando em consideração este contexto, o objetivo deste trabalho é analisar as diferentes formas de resistência e de recriação camponesa no município de Teixeira, localizado na região semiárida da Paraíba. Para tanto, busca-se identificar e caracterizar as formas de resistência e de recriação camponesa pelo viés da organização da produção e do trabalho, da ação de agentes externos e dos costumes e valores dos camponeses.

Do ponto de vista conceitual trabalhamos com os conceitos de resistência, recriação camponesa, espaço, território e autonomia camponesa. Utilizamos o conceito de resistência a partir de práticas sociais de conteúdo: político, econômico, cultural, ambiental e costumeiro, que são construídas a partir de forças locais assentadas no território camponês. Para tanto nos valem dos estudos de Fabrini (2008). Sobre a recriação camponesa nos pautamos nos autores como: Oliveira (1996, 2002); Paulino (2006), Almeida (2003), Fabrini (2008), além de outros que pressupõem que este processo é fruto do próprio desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo brasileiro. Sobre o território, apresentamos este conceito para além do espaço de governança com base nos trabalhos de Fernandes (2008). Neste sentido, o nosso ponto de partida para tal compreensão foi o conceito de espaço geográfico na interpretação de Santos (1996). Sobre o conceito de autonomia camponesa nos baseamos na concepção de Bombardi (2004) que

afirma que não significa independência ao modo de produção capitalista, mas a autonomia no controle do próprio tempo e do próprio espaço de forma inversa à lógica capitalista.

O estudo pauta-se em análises bibliográficas, em informações fornecidas pelo IBGE através dos censos agropecuários e da Produção Agrícola Municipal – PAM, e nos trabalhos de campo que compreendeu visitas a 15 comunidades rurais e 1 assentamento de reforma agrária. A primeira parte deste artigo corresponde ao arcabouço teórico-conceitual que orienta este estudo. A segunda refere-se ao resgate histórico do processo de produção do espaço agrário do município de Teixeira. A terceira e última parte identifica e caracteriza as formas de resistência e recriação camponesa do município em análise.

Resistência camponesa para além da escala de ação dos movimentos sociais: as forças locais do território na construção da autonomia camponesa

No Brasil o caráter contraditório e desigual do capitalismo favorece a criação e recriação da classe camponesa. Isso significa que os camponeses, para manterem ou assegurarem a territorialização camponesa, produzem diversas formas de resistência ao capital que ultrapassam os limites de ação dos movimentos sociais através de forças locais materializadas no território camponês. Por essa razão, os movimentos sociais não devem ser considerados a forma mais eficiente de resistência dos camponeses.

Conforme Fabrini (2008):

A resistência camponesa não se limita à ação/organização dos movimentos sociais, ou seja, as lutas camponesas não devem ser interpretadas somente na esfera dos movimentos sociais: “o movimento camponês” é mais amplo do que os “movimentos sociais”. É possível verificar, entre os camponeses, um conjunto de relações assentadas no território que se ergue como resistência à dominação do modo de produção capitalista. A produção para auto-consumo, a autonomia e o controle no processo produtivo, a solidariedade, as relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo (p. 239-240).

Para o autor existe um movimento camponês superior aos movimentos sociais que se caracteriza pelo processo de construção de resistência que carrega um conjunto de práticas sociais (como as supracitadas acima) de conteúdo: político, econômico, cultural, ambiental e costumeiro, que são construídas a partir de forças locais assentadas no território camponês: nos acampamentos dos sem-terra; nos assentamentos; nas comunidades rurais; nos bairros rurais e nas pequenas unidades produtivas camponesas.

Portanto, antes de caracterizar o território camponês a partir das diversas formas de resistências ao capital, faz-se necessário apresentar o conceito de território para além do espaço de governança. Neste sentido, o nosso ponto de partida para tal compreensão será o espaço.

Milton Santos (2008) ao elaborar uma definição plena do espaço na sua obra “*A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*”, explica que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (p. 63). Assim, o espaço geográfico é uma totalidade onde se realizam todos os tipos de relações que o produz. E, esse processo que produz o espaço também produz o território se partimos da premissa que o território é construído a partir do espaço geográfico. É neste contexto que inserimos a abordagem de Raffestin (1993) sobre território.

Claude Raffestin (1993) na sua obra “*Por uma Geografia do poder*” explica que o conceito de território necessariamente deve ser diferenciado do conceito de espaço geográfico. Este é considerado por ele como substrato, um palco anterior ao território. Ou seja, o território é produzido a partir do espaço e caracterizado pelas relações de poder. Esta compreensão de território a partir das relações de poder tem influenciado os trabalhos desenvolvidos na Geografia brasileira, a exemplo dos trabalhos de Fernandes (2008, 2009) e de outros geógrafos.

Fernandes (2008) no seu texto “*Entrando nos territórios do território*” destaca a importância da multidimensionalidade e da multiescalaridade na análise dos territórios. Para o autor “cada território é uma totalidade, por exemplo: os territórios de um país, de um estado, de um município ou de uma propriedade são totalidades diferenciadas pelas relações sociais e escalas geográficas” (p. 279). Ou seja, a dimensionalidade corresponde ao princípio da totalidade na compreensão dos territórios, refere-se à relação dialética entre as dimensões políticas, sociais, econômicas, culturais e ambientais materializadas nos territórios. A multiescalaridade nos permite compreender o território para além do espaço de governança, levando em consideração os diferentes tipos de territórios do território em nível local, regional, nacional, internacional. Assim, na tentativa em superar a compreensão do território somente como espaço de governança, uno e singular, o autor propõe três tipos de territórios na análise do território, quais sejam: o primeiro é caracterizado como espaços de governanças: países, estados e municípios. O segundo se caracteriza por dois tipos de propriedades privadas: capitalista ou não capitalista. O terceiro é caracterizado pelos territórios fluxos, os quais são produzidos no primeiro e segundo territórios, isto é, suas fronteiras se movimentam conforme a intencionalidade de diferentes instituições e as

conflitualidades geradas pelas disputas territoriais. Todavia, é no interior do primeiro território que os demais se organizam, ou seja, é no território brasileiro e nos seus estados e municípios que as diferentes formas de propriedade privada são materializadas. Nesta compreensão, Fernandes (2008) considera as propriedades privadas: capitalista e camponesa como territórios dentro do território do espaço de governança, o que mostra que nem toda propriedade privada é capitalista.

Contudo, essa compreensão sobre o conceito de território é fundamental para efeito deste trabalho, uma vez que trabalha com as propriedades privadas como territórios dentro do território de governança (municipal, estadual, regional, nacional e internacional). Neste contexto, podemos classificar os estudos sobre o desenvolvimento rural no Brasil a partir de duas linhas de interpretação, quais sejam: a dos autores/pesquisadores que se expressam na corrente teórica que defende a viabilidade da agricultura familiar ao mercado e a tecnologia, e a corrente teórica que estuda o espaço agrário brasileiro a partir do desenvolvimento desigual e contraditório da expansão do capitalismo. Essas duas correntes são denominadas por Fernandes (2008) como Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e Paradigma da Questão Agrária (PQA).

No entanto, Fabrini (2008) em seu texto *“Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas”* apresenta duas abordagens de local para compreender o território camponês. A primeira abordagem trata da questão do desenvolvimento local na interpretação do PCA que focaliza o local como possibilidades de desenvolvimento de negócios. Nesta compreensão o local é entendido como municípios, comunidades, assentamentos, acampamentos além de outros lugares de pequeno porte. O desenvolvimento é concebido no sentido de progresso bem como de acesso a tecnologias e ideias que vão elevar a capacidade de produção e de consumo. O local apresenta-se como potencializador do desenvolvimento na medida em que possui “um conjunto de vantagens que permite formas descentralizadoras e participativas de gestão” (p.257). Dito de outra forma, as forças locais favorecem a descentralização de políticas públicas com a transferência de responsabilidade do Governo Federal para os Estados, municípios e até mesmo para as comunidades rurais conferindo poder aos segmentos populares. Nesta compreensão os camponeses, denominados no PCA de agricultores familiares, em virtude das características locais, teriam mais vantagens econômicas com a sua inserção ao mercado. O contexto local se ergue como elemento fundamental na caracterização do território, todavia, é preciso observar se esse desenvolvimento assentado na oportunidade de negócios cria possibilidade de mercado para todos.

A segunda abordagem, em contraposição a primeira, apresenta as forças locais (das comunidades rurais, assentamentos, acampamentos, bairros, além de outras) no sentido de resistência ao mercado global imposto pela lógica capitalista. Nesta compreensão estão os teóricos do PQA e alguns movimentos sociais que caracterizam o território como possibilidades de resistência aos esquemas hegemônicos do modo de produção capitalista. Neste sentido, defendem que as forças locais se erguem no território camponês no sentido em fortalecer a agricultura camponesa para abastecer o mercado interno. As forças locais do território se erguem como processo de resistência a ordem dominante capitalista. Por essa razão, “os movimentos sociais não devem ser considerados como possibilidade única de mudanças sociais, pois nem todas as relações são sinônimas de movimentos” (p. 259). Os movimentos camponeses constituem apenas um dos fatores da existência do campesinato. Com efeito, é evidente que a escala de ação deles se espacializa pelos movimentos sociais, mas é preciso levar em consideração que estes se fortalecem por uma força local do território que se manifesta em formas de resistência ao capitalismo, como por exemplo, a autonomia no processo produtivo além de outras formas de resistências que extrapolam a dimensão econômica e política por meio de hábitos e valores localmente construídos no território camponês que se referem às dimensões culturais, sociais, ambientais e políticas, relacionadas entre si, tais como: a) as relações de vizinhanças que se estendem à produção agrícola por meio da ajuda mútua na troca de dias de serviços; b) a religiosidade marcando uma relação local em torno da igreja; c) os laços e ações comunitários centrados nas festividades, nas visitas aos vizinhos aos domingos que são caracterizados pelo prazer das conversas (sobre saúde, educação, produção agrícola).

Em suma, é com base nesses pressupostos que fundamentamos este trabalho. Nele, compreende-se que o campesinato se recria de modo contraditório no interior do modo de produção capitalista por meio de diversas formas de resistência construídas localmente no território, que asseguram a sua existência e permanência num sistema a ele adverso. Entendemos ainda o campesinato enquanto classe inerente ao modo de produção capitalista por acreditar que os prognósticos da destruição e do desaparecimento do campesinato no desenvolvimento capitalista não se concretizaram no Brasil porque, no nosso país, a sua recriação acontece por meio da luta pela terra, pela reforma agrária e por outras formas de resistência que estão para além destas materializadas numa base territorial local carregada de conteúdo político, econômico, social, cultural e ambiental que garantem a sua existência no capitalismo. Contudo, cabe relacionar a seguir a pertinência deste

arcabouço teórico à realidade do espaço agrário de Teixeira. Para tanto, partimos do resgate histórico de produção do espaço agrário desse município.

Produção do espaço agrário de teixeira: da ocupação inicial a organização atual

Antes de enveredarmos no estudo da produção do espaço agrário do município de Teixeira e sua organização atual, expomos os aspectos locacionais e ambientais que lhes conferem individualidade. Teixeira localiza-se no estado da Paraíba, na Microrregião da Serra do Teixeira, na subunidade espacial da Mesorregião do Sertão Paraibano. Do ponto de vista ambiental, o município de Teixeira acha-se integralmente inserido no conjunto serrano da “Serra de Teixeira” na porção sul do Sertão paraibano. Essa unidade morfológica corresponde a um conjunto de serras dispostas no sentido leste-oeste do Estado, “que apresenta uma linha de escarpa muito íngreme, com desníveis da ordem de até 500 metros na face voltada para o pediplano sertanejo” (CARVALHO, 1982, p. 50). Porém, apesar de Teixeira apresentar limitações para a produção agrícola decorrentes da presença de um relevo acidentado, de afloramentos rochosos, da susceptibilidade à erosão e da falta de água, o clima semi-árido ao ser suavizado pelo relevo cria condições especiais para o desenvolvimento agrícola originando uma área de exceção no semiárido paraibano.

Assim, embora não se pressuponha um determinismo ambiental neste município, não se pode negar a influência dos condicionantes naturais sobre a dinâmica da organização do espaço agrário. De fato, ao contrário do que ocorre no pediplano sertanejo onde predominam os latifúndios pecuaristas, na Serra do Teixeira, desenvolveu-se historicamente uma atividade agrícola diversificada praticada principalmente em pequenos e médios estabelecimentos rurais. A forte presença das pequenas explorações camponesas é facilmente percebida na paisagem rural, o que mostra que a natureza aqui apresentada foi transformada pelo processo histórico de ocupação do espaço agrário.

A ocupação inicial deste município se deu com base na atividade pecuária, mas seu povoamento só se efetivou posteriormente com a atividade algodoeira. Todavia, o município, como os outros municípios da região serrana de Teixeira se diferenciam dos municípios da depressão sertaneja pelo fato de concentrarem uma maior produção de lavouras alimentares e por apresentar uma melhor distribuição da propriedade da terra. De acordo com Moreira e Targino (1997):

Merece destaque a maior concentração da produção alimentar nas áreas de exceção, como os brejos de altitude existentes no Sertão, a exemplo

de Monte Horebe, Bonito de Santa Fé, Teixeira. Nessas manchas verdes, houve uma maior concentração da produção e da população, bem como um padrão de distribuição de terras menos concentrado do que nas demais áreas sertanejas (p. 78).

Isto se deve em parte ao relevo fortemente ondulado que dificultou uma maior expansão da pecuária, às melhores condições de clima e solo e à fragmentação da propriedade da terra por motivo de herança. Então, até o início do século XX o espaço agrário do município de Teixeira organizava-se com base na produção de alimentos produzidos consorciados ao algodão e na atividade pecuária. Porém, por volta de 1940, a valorização do sisal no mercado internacional estimulou sua produção no município. Tanto os grandes proprietários como os pequenos camponeses passaram a produzir sisal, promovendo mudanças significativas na paisagem rural e nas relações de trabalho uma vez que essa cultura exige muita mão de obra contratada. É óbvio que o sisal produzido em pequenas quantidades pelos camponeses não exigia a contratação de trabalhadores assalariados, era desenvolvido pelo trabalho familiar.

A desvalorização do sisal no mercado externo foi responsável pela retração da cultura no município a partir do final dos anos de 1960 e pela sua substituição por frutas, a exemplo do caju e de hortaliças como a cenoura, a beterraba, cebola e outras leguminosas.

A modernização da agricultura que teve lugar na segunda metade dos anos de 1960 no Brasil e de forma atenuada, na Paraíba não promoveu muitas alterações na organização do espaço agrário teixeirense. Isto pelo fato de nele predominar uma agricultura predominantemente camponesa e pela dificuldade de utilização de máquinas em virtude das condições de relevo fortemente movimentado. Não resta dúvida, porém, que expandiu-se o consumo de insumos químicos, particularmente dos formicidas e pesticidas e da prática da irrigação verificada na produção do caju e da cenoura (MOREIRA E TARGINO, 1997).

Atualmente, segundo os dados da Produção Agrícola Municipal de 2006, os produtos que compõem a pauta das lavouras permanentes são, pela ordem de importância: a castanha de caju, o sisal e a goiaba. O algodão arbóreo também já fez parte das combinações agrícolas, porém acha-se completamente erradicado no município. O sisal ainda resiste e é produzido pelos estabelecimentos camponeses de menos de 50 hectares.

A grande maioria dos produtores rurais de Teixeira são proprietários das terras, representando 61,7% do total. É importante destacar que esses proprietários detêm pequenas parcelas. De fato, segundo o censo agropecuário de 2006, do total de proprietários de Teixeira 70,% detêm menos de 10 hectares e 93,6% detêm menos de 50 hectares. Além dos proprietários, os parceiros e os ocupantes são outras categorias de

produtores que se fazem presentes no município, porém, são os camponeses proprietários os predominantes e os que administram áreas inferiores a 50 hectares. Essa predominância do campesinato é reafirmada através da análise da estrutura fundiária do município. Como pode ser visto na tabela 1, os pequenos estabelecimentos agropecuários, isto é, os com menos de 50 hectares, representam mais de 95% do total dos estabelecimentos existentes no município. A área ocupada por estes estabelecimentos representa 65,5% da área agrícola total.

Os dados contidos nas tabelas 1 e 2, quando comparados, permitem constatar que o perfil da distribuição da propriedade fundiária do município de Teixeira não reproduz o do estado da Paraíba.

Tabela 1 - Estrutura Fundiária de Teixeira – 2006

Classes de Área (ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área dos Estabelecimentos	%
0 a menos de 10	981	81,3	1701,0	21,6
De 10 a menos de 20	140	11,6	1762,0	22,4
De 20 a menos de 50	57	4,7	1692,0	21,5
De 50 a menos de 100	21	1,7	1373,0	17,5
De 100 a menos de 200	5	0,4	533,0	6,8
De 200 a menos de 500	3	0,2	797,0	10,1
Total	1207	100,0	7858,0	100,0

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário da Paraíba, 2006.

Tabela 2 - Estrutura Fundiária do estado da Paraíba – 2006

Classes de Área (ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área dos Estabelecimentos	%
0 a menos de 10	110928	69,3	317045	8,4
De 10 a menos de 20	19329	12,1	255966	6,8
De 20 a menos de 50	16037	10,0	480498	12,7
De 50 a menos de 100	6506	4,1	438274	11,6
De 100 a menos de 200	3675	2,3	491125	13,0
De 200 a menos de 500	2505	1,6	737829	19,5
De 500 a menos de 1000	723	0,5	471533	12,5
De 1000 a menos de 2500	286	0,2	399175	10,6

De 2500 e mais	43	0,0	191433	5,1
Total	160032	100,0	3782878	100,0

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário da Paraíba, 2006.

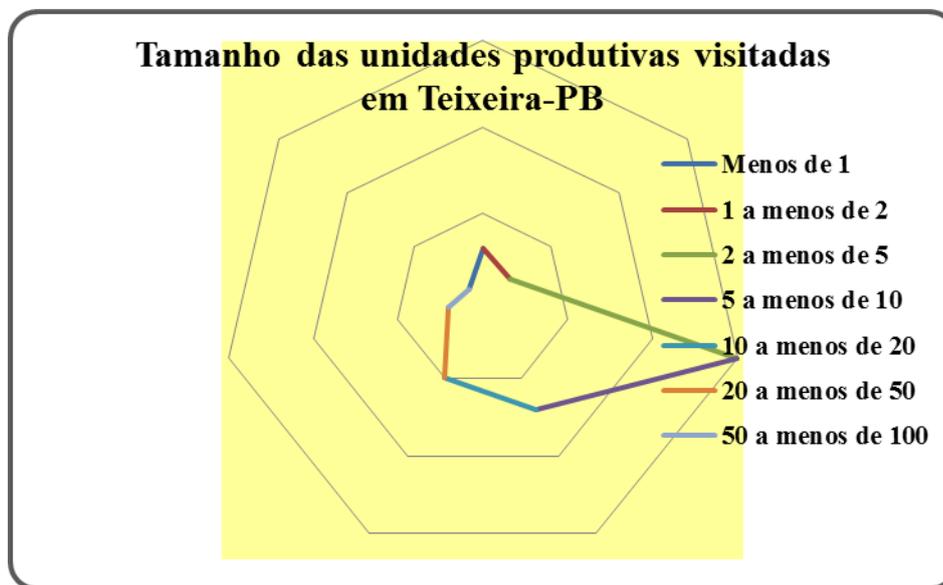
No caso do Estado, o perfil da estrutura fundiária é marcado por uma forte concentração de terras. Como pode ser observado na tabela 2, em 2006, os estabelecimentos menores de 50 hectares que representavam 91,4% do total dos estabelecimentos agropecuários existentes na Paraíba apropriavam-se de apenas 26,7% da área agrícola total. Enquanto isso, os estabelecimentos com mais de 200 hectares que representavam apenas 2,2% do total dos estabelecimentos, apropriavam-se de quase a metade da área agrícola (47,6%).

Conclui-se, com base no exposto, que a pequena unidade produtiva prepondera em número e área no município estudado e, por conseguinte, que a propriedade da terra é bem melhor distribuída que na maioria dos municípios do Estado. Porém, apesar do predomínio dos estabelecimentos camponeses, ocorre ainda no município uma desigual distribuição da posse da terra, com uma grande maioria de camponeses detendo minúsculos lotes para realizar sua exploração agrícola e uma minoria (2,3%) se apropriando de 34,5% das terras. Contudo, constata-se que a agricultura camponesa se constitui no sustentáculo da economia agrícola municipal e foi a partir de tal premissa que surgiu o interesse em analisar com base na pesquisa empírica de que forma o campesinato de Teixeira vem resistindo e se recriando no interior do modo de produção capitalista dominante.

Resistência e formas de recriação camponesa em Teixeira

As unidades produtivas camponesas nas quais aplicamos 35 questionários estão distribuídas em 15 comunidades rurais e 1 assentamento de reforma agrária que compõem o território camponês do espaço agrário do município de Teixeira, a saber: Santo Agostinho, Fava de Cheiro, Riacho Verde, São Francisco, Serra Verde, Livramento, Sabonete, São José de Belém, Flores, Rio de Janeiro, Saco de Serra, Sítio Onça, Rosário; Poços de Cima, Poços de Baixo, e o Assentamento Poços de Baixo. O tamanho das unidades produtivas visitadas varia de 0,5 a 20 hectares, com 83% delas inseridas na faixa de 1 a menos de 20 hectares, sendo predominante as unidades produtivas que têm de 2 a menos de 5 hectares (Gráfico 1).

Gráfico 1



Fonte: Trabalho de campo em Teixeira-PB, 11/01/2011.
Org. Silvana Cristina Costa Correia.

Durante a temporada dos trabalhos de campo o nosso esforço analítico recaiu nas evidências de que a recriação da classe camponesa de Teixeira é uma expressão do desenvolvimento contraditório e desigual do capital. Mas, para garantirem a sua recriação produzem diversas formas de resistências ao capital a partir de forças locais materializadas nas diferentes comunidades rurais e no único assentamento existente. Por isso, buscamos identificar e caracterizar as formas de resistência e de recriação camponesa pelo viés da organização da produção e do trabalho, da ação do Estado, de agentes externos e dos costumes e valores dos camponeses.

A organização da produção: a autonomia camponesa no processo produtivo

A etimologia da palavra autonomia significa, segundo Ferreira (2000, p. 77), “faculdade de se governar por si mesmo”. Porém, a autonomia a qual nos referimos não significa independência em relação ao modo de produção capitalista nem a outros fatores externos provenientes dele, e sim a uma forma de resistência camponesa pautada no controle do próprio tempo e do próprio espaço no processo produtivo de forma inversa à lógica capitalista. Conforme Bombardi (2004), o controle do próprio tempo está

relacionado ao ritmo de trabalho determinado pela família conforme o ciclo biológico das espécies que cultivam. Por essa razão, durante o ano, há período em que o trabalho é mais extenso, como na fase do plantio e da colheita, enquanto que, nas fases dos tratos culturais, o trabalho diminui. Neste contexto, o controle do próprio tempo e do próprio espaço dos camponeses contribuiu para o desenvolvimento deste trabalho na medida em que não foi preciso agendar um horário prévio para as nossas visitas em suas unidades de produção. O fato de não ter patrão possibilitou aos mesmos nos receber sem precisar pedir autorização a ninguém. Portanto, essa peculiaridade da autonomia camponesa nos deu liberdade de realizar os trabalhos de campo em qualquer horário e dia, inclusive aos domingos e feriados.

Em Teixeira, as unidades de produção camponesas estão atualmente voltadas para os produtos tradicionais, como o feijão, a fava, o milho, a batata-doce, a mandioca, a palma forrageira e o capim. Também se cultivam frutas e hortaliças. São as frutas e hortaliças, atualmente, os produtos mais cultivados no município devido à existência de açudes que torna favorável o seu cultivo de forma irrigada. Dentre as frutas, destacam-se o cajueiro, a pinha, a manga, a serigüela, a laranja, o limão e a melancia. Todavia, a maioria dos camponeses não trabalha com hortaliças por não poderem acompanhar a parte técnica que a produção exige, portanto não utilizam a água para este fim mesmo morando em áreas próximas dos açudes. Neste caso, se limitam à produção de culturas que se adequam ao solo existente, como a batata-doce, a mandioca, o feijão, o milho além das fruticulturas de sequeiro com destaque para o caju.

Então, a realidade dos camponeses do município de Teixeira é a seguinte: a minoria que tem condições financeiras para adotar o sistema de irrigação pratica a horticultura com destaque para a produção da cenoura; portanto se recria de forma mais estável porque os produtos provenientes da horticultura possibilitam uma renda maior do que os produtos de sequeiros. A maioria que não tem recursos financeiros para investir no sistema de irrigação se dedica aos cultivos de sequeiro que depende exclusivamente das chuvas. Neste caso, se recria fundamentalmente, com a produção voltada para o autoconsumo da família, comercializando apenas o excedente (quando existe) de algumas frutas de estação cultivadas em sua propriedade.

No que se refere às etapas do processo produtivo os camponeses de Teixeira realizam as seguintes: a) o preparo do solo para o plantio; b) o plantio; c) os tratos culturais; d) a colheita; e) o beneficiamento de algumas culturas; e) a comercialização dos produtos. Todas são determinadas não somente pela natureza, mas também pelo mercado e pelo

Estado como bem afirmou Shanin (1983) em seus estudos sobre a agricultura camponesa. Com efeito, observamos que esses três fatores imbricados entre si definem a forma como se dá a recriação do campesinato do município de Teixeira. Nele, identificamos um campesinato quase sem relação mercantil, pois com exceção da venda do excedente da farinha de mandioca e de seus derivados na Comunidade de Fava de Cheiro e do excedente das variedades de feijão que identificamos em 5 unidades de produção, os demais produtos não são comercializados. Os camponeses preferem comercializar somente algumas frutas, principalmente o caju.

A comercialização é entendida neste trabalho como necessária para a recriação dos camponeses, uma vez que os produtos provenientes do roçado não cobrem todo o conjunto de bens reconhecidos socialmente como necessários ao consumo da família, isto é, existem bens que se consomem, mas que não são produzidos por eles, como o café, a carne, o açúcar, o sal, além das roupas, dos calçados, dos materiais escolares entre outros. Portanto, para a aquisição destes produtos é necessária a venda do excedente da produção e das frutas que são produzidas com esta finalidade. Os camponeses analisados estão inseridos na lógica de produção simples de mercadoria, os quais comercializam parcialmente os seus produtos para adquirir bens que são necessários à recriação da família.

Em campo ainda foi possível identificar nas unidades de produção camponesas o cultivo da palma forrageira, do capim e do sisal destinado a alimentação do gado, o que indica que é costume articular a criação de animais a alguma cultura. Mesmo diante de pouca terra, os camponeses costumam destinar uma parte dela aos pastos para o gado como garantia de recursos financeiros caso tenham algum prejuízo durante o ano. A presença do gado nas unidades de produção camponesas significa uma situação mais estável da família. Conforme Paulino (2006), “Mesmo que sejam poucas cabeças, o incremento de renda é notável: além da sobrevivência direta, o esterco se presta à fertilização da lavoura e os bezerros se constituem uma espécie de poupança dos camponeses” (p. 239). Então, a criação de gado representa uma forma de recriação camponesa na medida em que permite a sua combinação com outras culturas no interior da unidade de produção camponesa para não dar tanto custo a família. Da mesma forma encontramos a criação de porcos, patos e galinhas articulada ao cultivo do milho e a criação de coelhos e preás articulada a fruticultura e ao capim.

Embora o limite da produção camponesa do município analisado dependa de fato do tamanho da propriedade, mesmo assim constatamos uma diversificação de culturas e de animais de criação que são organizados nas unidades de produção camponesas de forma a

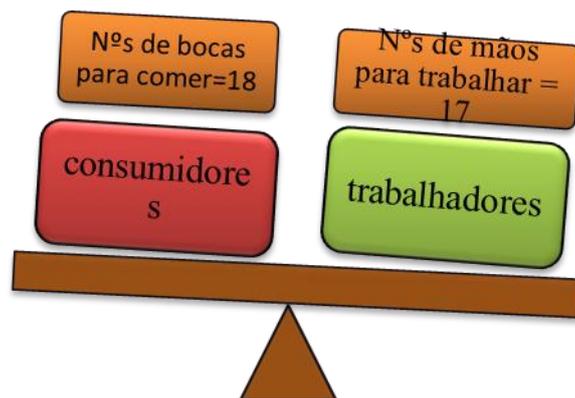
possibilitar a recriação das famílias. Constatamos que a diversificação de culturas é uma das principais formas de recriação camponesa porque além de assegurar colheitas em épocas diferentes entre si, impede a penetração de monoculturas capitalistas. Por exemplo, o cultivo das frutas no sistema de sequeiro garante colheitas em épocas diferentes das colheitas do feijão, do milho, da macaxeira, da mandioca e da batata-doce.

A organização do trabalho

Em Teixeira, dos 35 camponeses que entrevistamos, 27 são proprietários e os demais são parceiros ou trabalham em terra cedida por parentes. O trabalho familiar é predominante e caracteriza-se pela utilização da força-de-trabalho dos membros da família (pai, mãe, filhos e outros parentes) tendo por finalidade a garantia da sobrevivência familiar. Do total das unidades de produção pesquisadas 20 (57% do total) não contratam mão-de-obra assalariada e 15 (43% do total) contratam como complemento ao trabalho familiar. O fato das unidades de produção camponesas de Teixeira recorrer à mão-de-obra contratada se explica entre outras razões pela estrutura familiar das mesmas. De acordo com Chayanov (1974), o volume da produção em cada propriedade camponesa variará de acordo com a estrutura da família, ou seja, pelo equilíbrio entre o número de trabalhadores e o número de consumidores, que de acordo com as suas idades determinam o volume da produção necessária para a recriação da família. Em outras palavras, no caso de uma família cujos filhos ainda não estão em idade de trabalhar, a carga de trabalho sobre o pai e a mãe é muito grande, uma vez que o casal precisa produzir o suficiente para sustentar toda a família. E, mesmo assim, a produção fica reduzida e só aumentará na medida em que os filhos atingem a idade de trabalhar. Então, na busca de aumentar a produtividade para atender as necessidades de consumo da família, recorrem à mão-de-obra contratada. E, no caso inverso, quando uma família possui membros da família em idade de trabalhar e consegue estabelecer o equilíbrio entre consumidores e trabalhadores, a mão-de-obra contratada é dispensada.

Com base no processo de diferenciação interna do campesinato de Chayanov (1974), constatamos que em Teixeira a relação entre consumidores e trabalhadores está quase equilibrada (Organograma 1). Dos 35 estabelecimentos camponeses que visitamos 17 (51,4%) têm uma estrutura familiar cujos membros das famílias já estão em idade de trabalhar e em 18 os filhos ainda não atingiram a idade produtiva de trabalho.

Organograma 1



Relação entre consumidores e trabalhadores nas unidades de produção camponesas de Teixeira-PB. Org. Silvana Cristina Costa Correia. 20/06/2011.

Observamos que mesmo no caso em que as famílias mantêm o equilíbrio entre o número de bocas para comer e o número de braços para trabalhar, há uma diferenciação interna porque nem sempre os filhos em idade produtiva de trabalho estão dispostos a ajudarem seus pais no roçado.

Como afirma um camponês (chefe de família) de Teixeira:

Antigamente os jovens tinha mais disposição prá trabalhar e ajudar os pais no roçado, mas hoje em dia tá tudo diferente. Tenho três filhos, mas desse três somente um me ajuda de verdade, os outros dois só faz enrolar e se encostar na gente. (...) esse que me ajuda muito tem 21 anos e os outros dois tem 19 e 17 anos. A senhora acredita que eu com três filho ainda tenho que contratar gente prá trabalhar prá mim na colheita e às vezes prá deixar o roçado preparado pro plantio (...). Mas mesmo assim eu agradeço a Deus pelos filho que eu tenho, porque pior se eles fossem se envolver com drogas na cidade ou com outras coisa que não presta (Depoimento do camponês da Comunidade Santo Agostinho).

A fala do camponês acima mostra a sua insatisfação em ter que contratar trabalhadores mesmo tendo filhos em casa em idade de trabalhar. Neste caso, o chefe da família buscando ajustar o tamanho de sua família às necessidades de sua base material, contrata trabalhadores para complementar o seu trabalho e o trabalho do filho mais velho para alcançar o equilíbrio interno.

Chayanov (1974) utiliza como critério o número de anos da formação da família para estabelecer a relação consumidor/trabalhador:

(...) en los primeros años, al ir creciendo, la familia se va cargando de hijos que aún no pueden trabajar, y notamos rápido aumento en la proporción de consumidores en relación con los trabajadores. En el decimocuarto año de existencia de la familia esta proporción alcanza su punto más alto, 1,91. Pero en el decimoquinto el primer hijo comienza a ayudar a los padres AL alcanzar la edad semilaboral y relación consumidor-trabajador baja inmediatamente a 1,64. En la realidad no se da, por supuesto, un salto tan marcado, porque la transición del niño que aún no trabaja AL trabajador de media jornada se produce de modo gradual. Pero no deja de ser cierto que para esta época, se aligera la carga de los consumidores sobre los trabajadores de la familia, porque cada año los hijos van tomando mayor parte en el trabajo. En el veigésimo sexto año de existência de la familia, la relación baja a 1,32 (p. 55).

Pelo exposto percebemos que há uma redução do peso dos consumidores sobre os trabalhadores depois de 15 anos da formação da família, o que mostra que cada família camponesa possui uma dinâmica demográfica específica construída pelo número de consumidores e de trabalhadores que de acordo com as suas idades determinam a variação no volume do trabalho e do consumo necessário para a recriação familiar.

O trabalho familiar é o elemento que determina a recriação da família camponesa (Figura 1).

Figura 1



Pai e filho trabalhando no plantio da batata-doce no Assentamento Poços de Baixo em Teixeira-PB. Arquivo: Silvana Cristina Costa Correia. 13/03/2008.

A participação dos membros da família nas tarefas agrícolas é muito valorizada nas unidades de produção camponesas. Geralmente, cabem aos homens e aos mais jovens as tarefas mais pesadas realizadas no roçado, como o corte do mato, o encoivramento, a destoca e a colheita. As mulheres e os filhos que ainda não estão em idade de executar trabalho pesado cuidam das tarefas domésticas e de trabalhos mais leves tais como: cuidar das crianças pequenas; cuidar dos animais de pequeno porte; limpar a casa e o terreiro; lavar as roupas; preparar a alimentação da família, além de outros.

Observamos no interior das unidades de produção camponesas uma pluralidade e uma combinação de várias formas de trabalho que vão desde o trabalho familiar, ao sistema de parceria, ao trabalho assalariado temporário, ao trabalho “acessório”, e ainda a combinação do trabalho na terra com outras atividades não agrícolas como o pequeno comércio, o serviço público e a docência em escola pública. Essas diversas formas de trabalho são bastante valorizadas nas unidades de produção camponesas porque é por meio delas que as famílias se recriam. Neste caso, elas surgem como forças locais materializadas nas unidades de produção que expressam resistências a forma de trabalho assalariada tipicamente capitalista.

A atuação do estado e do centro de educação popular e formação social – CEPFS junto aos camponeses de Teixeira

Sob o modo de produção capitalista o Estado age, na sua integralidade, para cumprir os requisitos necessários à reprodução do capital. Essa atuação pode, em determinadas circunstâncias, ser executada de modo velado ou deliberado. Isso evidencia que, embora o Estado seja um alto comitê executivo dos negócios inadiáveis dos capitalistas, precisa, como condição para a perpetuação de sua hegemonia social assumir uma faceta onde, aparentemente, demonstre neutralidade racional (LIMA E CONCEIÇÃO, 2009, p.5).

A concepção de Estado contida na citação acima expressa nitidamente que tal instituição tem a finalidade de garantir a manutenção do sistema capitalista (como representante das classes dominantes) e ao mesmo tempo de garantir o controle social das classes dominadas a partir dos interesses das classes dominantes. Neste caso, ele, como um dos principais elementos de produção do espaço agrário brasileiro, o constituiu de forma a viabilizar a reprodução do capital. Por isso que no campo ele mantém as contradições entre as classes sociais através das políticas públicas por ele planejadas. Assim, o princípio que fundamenta as políticas públicas é sem dúvida o da reprodução do capital.

As políticas públicas que têm maiores expressões no campo de Teixeira são: o Programa Bolsa Família; a aposentadoria; o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); O Programa Garantia Safra e o Cooperar. De acordo com os camponeses entrevistados, as mais importantes são: o Programa Bolsa Família, a aposentadoria e o PRONAF. O Programa Bolsa Família está inserido no Programa Fome Zero e funciona mediante a transferência de uma renda mínima mensal às famílias em condição de vulnerabilidade social (SENNÁ, 2007). Em Teixeira 13 famílias camponesas declararam receber este benefício, o que significa que este programa vem contribuindo com o processo de recriação camponesa ao possibilitar uma complementação à renda familiar que dá acesso à alimentação, ao material escolar, ao fardamento e ao lazer. Durante o inverno, algumas famílias relataram que este benefício se volta totalmente para os gastos no roçado. É óbvio que este benefício não cobre todas as necessidades das famílias, mas contribui sensivelmente na sua reprodução. A aposentadoria é outro benefício que vem contribuindo na recriação do campesinato, pois das 35 famílias que responderam os questionários, 13 possuem parentes aposentados em casa. No que se refere ao PRONAF, a intervenção do Estado ocorre através da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) na organização da produção e do trabalho camponês. Esta política pública está assentada na lógica da corrente teórica que defende a viabilidade da agricultura familiar

articulada ao mercado. Para sua implementação, o Estado foi influenciado pelas idéias de Abramovay (1994) e de outros teóricos que acreditam que a permanência ou o fim do campesinato dependem de mudanças conjunturais determinadas pelo Estado através da execução de políticas públicas baseadas no incentivo ao progresso técnico.

No município de Teixeira, identificamos 10 famílias camponesas que tiveram acesso às linhas de créditos do PRONAF. Elas, porém, não tiveram resultados satisfatórios. O que verificamos na pesquisa de campo é que o Estado ao estimular a EMATER a oferecer as linhas de créditos do PRONAF aos camponeses de Teixeira assegura a acumulação do capital em favor da classe dominante. Isso porque esse programa penetra no campo com o discurso de que a vinculação da produção agrícola a novas tecnologias determina o seu desenvolvimento, mas na verdade, este desenvolvimento está atrelado ao processo de subordinação da agricultura ao capital industrial e financeiro. A produção dos camponeses insere-se assim ao ciclo do capital, através da dependência financeira e técnica.

Além do PRONAF, outras políticas públicas também têm visibilidade no campo dos municípios de Teixeira. São elas: Programa Garantia Safra e o Projeto Cooperar.

A política pública do Cooperar, surgiu no ano de 1997, como parte de um Programa de Combate a Pobreza Rural (PCPR), desenvolvido através de um convênio com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ou Banco Mundial. O Cooperar possui como alvo a execução e o controle de ações direcionadas a proporcionar a infraestrutura social e econômica básica às Comunidades rurais (ACCIOLY, 2003). Na pesquisa de campo foi possível visualizar os resultados da ação do Cooperar no município Teixeira. Por exemplo, no que diz respeito à infraestrutura, verificamos a disseminação da eletrificação em todas as Comunidades visitadas. Nas propriedades camponesas foram encontradas cisternas de placas e uma casa de farinha patrocinadas pelo projeto Cooperar. O Programa Garantia Safra, conforme as informações concedidas pelo técnico da EMATER de Teixeira é uma política vinculada ao PRONAF voltada para os camponeses que sofrem perda na produção por motivo de seca ou excesso de chuvas. Anualmente, os técnicos da EMATER vão até as Comunidades rurais para buscar a adesão dos camponeses ao programa. Os camponeses que cultivam no sistema de sequeiro e que sofrem perdas de 50% da produção recebem indenizações diretamente do Governo federal.

Analisando criticamente a atuação da EMATER em Teixeira, a assistência técnica, quando ocorre, se resume à disseminação de um “pacote tecnológico” que não respeita a forma peculiar da produção camponesa. Todavia, uma Organização Não Governamental

(denominada de Centro de Educação Popular e Formação Social – CEPFS), vem atuando junto aos camponeses de Teixeira com a implantação de programas e projetos nas Comunidades rurais que trabalham com o Fundo Rotativo Solidário. Os programas desenvolvidos pelo CEPFS são os seguintes: a) recursos hídricos; b) associativismo; c) gênero e geração; d) recursos genéticos e biodiversidade; e) meio ambiente (FOX E SCHWEIGERT, 2006). Alguns desses programas já constituem experiências exitosas como alternativas de convivência com o semiárido (Figura 2). Por exemplo, na área dos recursos hídricos o CEPFS desenvolve projetos voltados para o armazenamento de água de chuva através da instalação de tecnologias sociais, como: cisternas de placas; tanques em fendas de rochas; barragens subterrâneas; poços amazonas e tanques de alvenaria para criação de peixes. A construção de cisternas de placas é o projeto mais aprovado nas Comunidades rurais que trabalham com o Fundo Rotativo Solidário. Em seguida vem a construção de tanques em fendas de rochas e as outras. Na pesquisa de campo foi possível identificar algumas dessas tecnologias sociais implantadas em algumas unidades de produção camponesas que visitamos.

Figura 2



**Tanque em fenda de rocha na Comunidade de Fava de Cheiro em Teixeira-PB.
Arquivo: Silvana Cristina Costa Correia. 13/01/2011.**

A introdução dessas tecnologias sociais nas unidades de produção camponesas, principalmente das cisternas de placas, tem reduzido a incidência de doenças e ainda vem gerando renda para alguns camponeses que aprenderam a construí-las e vêm

temporariamente trabalhando nas construções delas nas Comunidades vizinhas para complementar a renda familiar.

Observamos que as famílias camponesas utilizam a água de chuva armazenada nas tecnologias sociais para diferentes fins, a saber: a) a água das cisternas é utilizada exclusivamente para o consumo humano e higiene pessoal; b) a água dos tanques em fendas de rochas é utilizada para as necessidades domésticas, como lavar roupas e limpeza da casa; c) a água da barragem subterrânea é utilizada para o cultivo de produtos agrícolas no período de estiagem; d) a água dos poços amazonas é utilizada para regar as culturas do roçado.

Conforme os relatos das famílias que foram contempladas com os projetos do CEPFS através do FRS, após a implantação das tecnologias sociais alguns problemas relacionados ao acesso à água deixaram de existir: a) acabou com os problemas de saúde ocasionados pelo uso da água contaminada; b) tirou a obrigação das mulheres de irem pegar água todos os dias em lugares muito distantes; c) acabou com a dependência do abastecimento de água através do carro pipa, além de outros.

Com efeito, observamos na pesquisa de campo que a introdução das tecnologias sociais de captação e armazenamento de água nas unidades de produção de Teixeira possibilitou o surgimento de formas alternativas de recriação camponesa relacionadas à convivência com o semiárido e, conseqüentemente, com a seca.

Costumes e valores como formas de resistência e recriação camponesa

Para compreender todo o processo de recriação camponesa sob a égide do modo de produção capitalista, é necessário analisar um conjunto de costumes e valores que são construídos a partir de forças locais assentadas no território, que faz com que os camponeses resistam e se firmem enquanto classe social no capitalismo. Para tanto, abordaremos aqui o que Bombardi (2003), com base nos trabalhos efetuados por Thompson (1998), denomina de ordem moral camponesa, que representa o conjunto de valores estabelecidos pelos camponeses que se perpetuam ao longo do tempo histórico. Marques (2004) relaciona a ordem moral ao modo de vida camponês o qual é entendido como “um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra (p. 145). Na pesquisa de campo identificamos entre os camponeses de Teixeira algumas formas de resistência de base territorial local que vão além da dimensão econômica (do processo de trabalho) e se

materializam através da cultura camponesa, como: as relações de vizinhança, a ajuda mútua, a religiosidade e as festas populares.

Da relação entre vizinhos surge à ajuda mútua como forma de resistência à contratação de mão-de-obra. Foi o que verificamos nas Comunidades de Rio de Janeiro e de Flores no município de Teixeira, nas quais alguns camponeses trocam dias de serviços entre eles e ainda partilham produtos e equipamentos que são utilizados nas atividades agrícolas, como: sementes, carro de mão, foice, enxadeco, entre outros que estejam disponíveis no momento. Enfim, travam diversos tipos de trocas que não são reguladas por relações mercadológicas, mas por laços de vizinhança.

Outras formas de resistência que vêm se firmando no território camponês de Teixeira são as ações comunitárias, que segundo Fabrini (2008), são caracterizadas mais “(...) por vínculos de solidariedade entre as pessoas do que por revelações políticas e ideológicas” (p. 267). De fato, o mutirão realizado pelos camponeses de Teixeira funciona mais pela solidariedade do que pelo sentimento político de transformação estrutural da sociedade. As festividades e as reuniões religiosas como as missas realizadas nas igrejas católicas e os cultos realizados nas igrejas protestantes (evangélicas) evidenciam uma relação local caracterizada pela socialização entre os participantes que se materializam como ponto de encontro semanal.

Enfim, nas casas camponesas que visitamos em Teixeira, identificamos alguns objetos modernos como: a televisão, o som, o DVD, a geladeira, o fogão a gás e as antenas parabólicas vistas nos parapeitos de muitas casas simples. Todavia, observamos também que a cultura moderna embora tenha alterado a cultura tradicional dos camponeses redefinindo os seus costumes e seus valores, não extinguiu completamente o modo de vida camponês, pois o hábito em cozinhar no fogão à lenha ainda é a preferência de muitas mulheres camponesas do município de Teixeira.

É assim, na combinação do tradicional com o moderno que o campesinato de Teixeira resiste, se recria e se redefine de diferentes maneiras ao longo do tempo. Pois, o modo de produção capitalista com o seu desenvolvimento desigual e contraditório não o destruiu, ao contrário, permite a sua reprodução.

Considerações finais

As formas de resistência e de recriação camponesa que identificamos no campesinato de Teixeira são materializadas em escala local do território camponês, através: a) da autonomia no processo produtivo; b) da preferência em cultivar produtos conforme a aptidão dos solos existentes e de forma diversificada; c) da criação de animais de grandes e pequenos portes articulada ao cultivo de algumas culturas e como garantia de recursos financeiros; d) da estocagem de sementes pela própria família; e) da produção agrícola voltada para o autoconsumo da família e para a comercialização. Outros fatores correlacionados à organização do trabalho, à ação dos agentes externos, e aos aspectos culturais, também são determinantes no processo de resistência e recriação camponesa das comunidades estudadas, quais sejam: a) o trabalho familiar, como o elemento fundante da recriação da família camponesa; b) a combinação de várias formas de trabalho que vão desde o trabalho familiar, ao sistema de parceria, ao trabalho assalariado temporário, ao trabalho “acessório”, e ainda à combinação do trabalho na terra com outras atividades não agrícolas como o pequeno comércio, o serviço público e a docência em escola pública. Essas diversas formas de relações de trabalho surgem como resistência à forma de trabalho assalariada tipicamente capitalista; c) o programa Bolsa Família, a aposentadoria, o Programa Garantia Safra, são elementos que complementam a renda familiar camponesa permitindo a sua recriação; d) a atuação de ONGs como o CEPFS que vêm contribuindo com a implantação de tecnologias sociais como alternativas de convivência com o semiárido; e) os costumes e valores dos camponeses que se expressam como formas de resistência através das relações de vizinhança, das ações comunitárias, da religiosidade e das festas populares.

Em suma, todos esses elementos que dão sustentação à tese da resistência e da recriação camponesa no município estudado foram encontrados no âmbito da organização da produção e do trabalho, da atuação do Estado e do CEPFS e dos costumes e valores dos camponeses. São por meio deles que as famílias camponesas resistem e se recriam no modo de produção capitalista

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e capitalismo no campo. *In*: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994. 322p.

ACCIOLY, Ana Bernadete. **Pobreza no campo: desafios às políticas de Estado.** 2003. 73p. João Pessoa: 2003. 73 f. (Monografia em Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB.

ALMEIDA, Rosemeire A. **Identidade , distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul.** 2003. 390f. (Tese de Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa.** São Paulo: Ed. Annablune, 2004.

CARVALHO, Maria Gelza R. F. de. **Classificação Geomorfológica do Estado da Paraíba.** João Pessoa: Ed. Universitária/Funape, 1982.

CHAYANOV, Alexander V. **La organizacion de la unidad economica campesina.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

FABRINI, João Edmilson. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. *In:* PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008. 239-271p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. *In:* PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008. 301p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 2000.

FOX, Conor. SCHWEIGERT, Hans. **Avaliação do CEPFS (Centro de Educação Popular e Formação Sindical), Teixeira, Paraíba, Nordeste do Brasil.** Maio, 2006. (mimeo).

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. *In:* STEDILLE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil.** São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2005. 35-77p.

IBGE. **Censo agropecuário 2006.** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>>. Acesso em: 25 de maio. 2011.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal, 1990 a 2009.** Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?ti=1&tf=99999&e=v&p=PA&z=t&o=11>>. Acesso em: 02 de junho de 2011.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** Tradução de Die Agrarfrage. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____ **A questão agrária.** Ed. Portucalense. Porto, 1972.

LENIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução de José Paulo Neto. (Série os economistas). São Paulo. Ed. Abril cultural, 1982.

LIMA, Lucas G. CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **O Estado e o desenvolvimento territorial como suportes para a dominação do capital.** *In:* SCIENTIA PLENA, Vol. 5, nº 12. 2009. Disponível em: http://www.scientiaplena.org.br/sp_v5_125401.pdf. Acesso em: 11/03/2011.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. Lugar de modo de vida tradicional n modernidade. *In: O campo no século XXI*. Território de vida, de luta e de construção de justiça social. São Paulo. Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e terra, 2004.

MARX, Karl. A Vera Zasulich: primeiro rascunho fevereiro-março de 1881. *In: FERNANDES, Rubem César. Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Tradução de Lúcio F. R. Almeida. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1982.

_____ **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Ronaldo Alves Schmidt. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1988.

MOREIRA, Emília. TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo, Ed. Contexto, 1996.

_____ A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. *In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). Novos caminhos da Geografia*. São Paulo. Ed. Contexto. 2002. 63-110p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo, Ed. Unesp, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo, Ed. Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo. Ed. Universitária de São Paulo, 2008.

_____ **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.

SENNA, Mônica de Castro Maia. **Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?**. In: Revista Katál. Florianópolis, v. 10, nº 1, p. 86-94, jan/jun. 2007.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituação e desconceituação: o velho e o novo em uma discussão marxista**. Estudos Cebrap, Petrópolis, n. 26, p. 43-79, 1983.